

PASCHOAL LEMME E AS REFORMAS EDUCACIONAIS DE 1930: UMA DISCUSSÃO SOBRE A FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Eloá Soares Dutra Kastelic
Dra. Maria Cristina Gomes Machado
Universidade Estadual de Maringá

Este trabalho procura contribuir para o debate acerca da formação de professores. Hoje, crescem os discursos que procuram “culpar” os professores pelos males que assolam o ensino. Para levantar elementos que permitam uma análise crítica da situação da escola, é fundamental compreender as propostas educacionais como resultantes das transformações sociais postas. Para tanto, busca-se conhecer, no passado, as propostas e as experiências feitas relacionadas a esse tema. Desta forma, propõe-se refletir sobre as condições sociais que provocaram as discussões sobre a necessidade de uma nova escola no Brasil, tomando por base a produção de Pascoal Lemme.

A escolha desse autor, justifica-se, primeiramente, por ele ter iniciado sua carreira de homem público como um professor e também por ter participado na construção do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932, “A Reconstrução Educacional no Brasil - Ao povo e ao Governo - Março de 1932” (In: LEMME, v. 1, 1988, p.225-324). Esse documento foi redigido por Fernando de Azevedo e mais vinte e cinco educadores, entre eles Paschoal Lemme. Um outro ponto a ser citado refere-se à sua longevidade, ele teve uma carreira de 73 anos dedicados à instrução pública e uma vasta produção¹.

Este estudo, portanto, tem por objetivo investigar a ação de Paschoal Lemme (1904-1997) no que se refere à formação de professores e aprofundar o estudo das transformações sociais que se processavam na década de 30, no Brasil.

¹ Segundo consulta realizada na Home Page do PROEDES, órgão que organiza o acervo Pascoal Lemme, o autor possui 2549 documentos, entres eles artigos, livros, periódicos e outros.

Esse autor propôs um curso de férias para professores a ser ministrado na capital da República, no Rio de Janeiro, nesse período. Segundo ele, esta cidade reunia condições propícias para sua efetivação, dada a sua efervescência cultural. No livro “Educação Progressista” de autoria de Pascoal Lemme (1961), encontra-se o relato da experiência na qual ele trabalha com a formação de professores. Assim, levanta-se a hipótese de que o autor estivesse atendendo a uma necessidade advinda da introdução das novas propostas trazidas pela “Escola Nova” que exigiam uma outra formação dos professores.

O curso se justificava, para o autor, devido às ações desenvolvidas pela Inspetoria de Ensino do Rio de Janeiro que procurava reformar a educação, entretanto enfrentava alguns problemas, considerando que o maior deles decorria do pouco empenho do professorado. Isto se manifestava no conflito de idéias deste com a iniciativa oficial de implementar as reformas. Seu ponto de vista era que qualquer reforma educacional exigiria uma reforma do magistério e de sua formação. Era preciso, pois, a aquisição dos conhecimentos teóricos e práticos necessários à compreensão dos novos ideais em que se fundamentava a pedagogia científica, isto é, a escola nova.

Para compreender as questões referentes à “Formação de Professores”, no período do surgimento da Educação Nova, é importante contextualizar, de forma breve, as primeiras décadas do século XX. Nesse período em que a sociedade brasileira se reorganizava, reconhece-se, juntamente com a historiografia brasileira, a importância das lutas travadas pelos defensores da escola pública na década de 1930. Este período foi marcado por grandes agitações sociais, culminando com a chamada Revolução de 1930.

Esta Revolução tem sido amplamente discutida pela historiografia brasileira, havendo divergências de interpretações sobre o sentido desse movimento. Para alguns, a palavra Revolução daria uma conotação de ruptura, fato que, naquele

período, não aconteceu. Nesse sentido, Romanelli (1978, p. 151) contribui para uma melhor compreensão de como se deram os acontecimentos em 30:

Naturalmente, desde que aceitemos que a sociedade brasileira, após 1930, iniciou a liquidação da velha ordem oligárquica, sem no entanto eliminá-la totalmente; desde que concordemos com que o poder passou a ser estruturado e as lideranças manipuladas de forma que acomodavam velhas e novas posições; enfim, desde que admitamos que o regime se estabeleceu à base do compromisso tácito entre o novo e o velho, é incontestável que, na estrutura então vigente do sistema educacional, o movimento renovador representava a nova ordem de coisas e a oposição à tradicional (ROMANELLI, 1978, p.151).

Esse processo de acomodação das estruturas foi assim expresso, em outros momentos, pela autora: a ala jovem e a ala velha das classes dominantes, a partir de então, passaram a refletir sobre essas questões políticas. Mas, no plano educacional, a prática continuou a representar o predomínio das velhas concepções.

Ainda sobre esse período, recorre-se a Sodré (1982), nele se encontra uma outra interpretação da historiografia que trabalha com o conceito de Revolução propriamente dito e o aplica a esse importante período da sociedade brasileira. Paschoal Lemme aproximou-se dessa interpretação e utilizou os textos de Sodré como referência em seus escritos, principalmente quando escreveu suas memórias. No livro "Formação Histórica do Brasil" (1982), Sodré descreve a Revolução de 30 com o sentido de fazer um questionamento das transformações ocorridas. Ele a caracteriza como um movimento atípico na história, no qual a movimentação teve sua gênese da periferia sobre o centro, possibilitando a abertura de uma nova fase. Num contexto mais amplo, a crise do café de 1929 e a quebra da bolsa de Nova York foram acontecimentos que permearam esse período de instabilidade econômica, sendo a Revolução de 30 uma consequência dessas crises. Desta forma, pode-se considerar que a crise não ocorreu apenas no Brasil, mas acontecia, de diferentes formas, no mundo capitalista.

Para Sodré (1982), existiam, naquele período, duas vertentes, a tradicional, representada pelas forças políticas que exerciam o domínio político do país, e a nova, representada por forças políticas que até então não haviam encontrado oportunidade para se organizarem e atuarem no governo. Dentre estas forças, pode-se destacar o grupo representado pelo tenentismo. O tenentismo foi um movimento novo e frágil, enquanto as velhas forças políticas estavam sólidas, firmadas em séculos de dominação.

Essa época também foi marcada por lutas violentas entre esquerdistas e direitistas. As classes sociais participaram de acordo com seu grau de esclarecimento político, o fascismo, facção política oriunda da Europa, agia junto às forças políticas de direita, representada pela classe média. A classe operária, segundo Sodré, ainda não tinha consciência de seu próprio papel no processo e transformação social. Este autor assim descreveu o período:

O movimento revolucionário de 1930 [...] ponto culminante de uma série de levantes militares abortivos iniciados em 1922, tem sua base nas populações urbanas, particularmente na burocracia militar e civil e os grupos industriais, e constitui uma reação contra o excessivo predomínio dos grupos cafeeiros - e de seus aliados da finança internacional, comprometidos na política de valorização - sobre o governo federal (SODRÉ, 1982, p. 318).

Paschoal Lemme expôs a sua análise sobre a situação brasileira o período, observando os aspectos mais amplos das questões, ou seja, aspectos políticos econômicos e sociais. Sobre essa década pode-se também recorrer ao texto de Prado Júnior, consagrado historiador brasileiro. Este afirmou que:

Apesar da crise e das dificuldades de toda ordem nesse momento de subversão econômica internacional, veremos crescer a produção brasileira de consumo interno, tanto agrícola como industrial. Acentua-se assim, novamente o processo de nacionalização da economia do país. As matérias-primas e gêneros tropicais resultavam no progresso de sua nova economia voltada para necessidades próprias. Mas este

progresso não se fará ainda sem tropeços. Haverá momentâneos retornos ao passado, e contra a transformação que se opera, reagirão forças poderosas que tendem a manter o país em sua situação primitiva (PRADO JUNIOR, 1970, p. 292).

Nesse momento de crise em que a economia se nacionaliza, Paschoal Lemme foi convidado a trabalhar com um grupo de educadores, a pedido de Getúlio Vargas, juntamente com Francisco Campos, Ministro da Educação. Estes educadores dariam o sentido pedagógico à chamada Revolução de 30, o qual ficou conhecido como movimento renovador, tendo sido gestado numa sociedade em efervescência política e ideológica.

A situação mencionada acima evidencia o pressuposto de que educação e sociedade estão intimamente entrelaçadas, percebe-se nas leituras sobre o período que essa agitação social era sentida em diversos setores da sociedade e que, parte da sociedade, direcionava seu foco para a educação, culminando com a construção e publicação de um documento chamado de “Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova de 1932”, referenciado anteriormente. Este documento expressava os princípios básicos da educação moderna e científica, a gratuidade, a obrigatoriedade do ensino, a laicidade, a co-educação e o plano nacional de educação. Sobre essa questão, Paschoal Lemme, como um dos signatários desse Manifesto, afirmou:

[...] seria a elaboração de um documento, no qual, os mais representativos educadores do País traçariam a orientação geral a que deveria obedecer uma política educacional pelo poder público na organização do ensino público, em todos os seus aspectos, modalidades e níveis, e em todas as esferas administrativas. Esse documento apareceria mais tarde, em março de 1932, redigido por Fernando de Azevedo e subscrito por 25 outros educadores de renome sob o título: A reconstrução educacional no Brasil. Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e dirigido “Ao Povo e ao Governo”. Esse documento foi considerado da maior importância por todos os meios intelectuais do País, e recebido como a única contribuição verdadeiramente orgânica para a indicação dos rumos que a Revolução de 1930 deveria imprimir aos problemas de educação e ensino no País. Tornou-se, por isso um documento

histórico no panorama educacional e intelectual do Brasil (LEMME, 1988, v. 2, p.103).

No que se refere às transformações sociais, Paschoal Lemme aponta que, após a Primeira Guerra, o ensino no Brasil sofreu influência da Europa e dos Estados Unidos da América do Norte. Nesse contexto de intercâmbio cultural, alguns educadores brasileiros tinham realizado estudos sobre educação nos EUA, o que possibilitou a organização do movimento da Escola Nova, que teve, como sua maior expressão, John Dewey, nos EUA, e, no Brasil, seu maior discípulo foi Anísio Teixeira. Dewey, em uma de suas obras, a *Reconstrução em Filosofia*, escreve também sobre essa questão:

A Primeira Guerra Mundial constituiu um rude choque para o período de otimismo que a precedera, período esse em que preponderava a crença generalizada num progresso contínuo em direção ao mútuo entendimento entre os povos e classes, e daí um movimento seguro para a harmonia e a paz (DEWEY, 1948, p.19).

Para Dewey, o conhecimento era uma atividade dirigida que não tinha um fim em si mesmo devia sempre estar voltado para a experiência. Com base nessa concepção, ele fez severas críticas à educação tradicional, sobretudo à predominância do intelectualismo e da memorização. Contrapondo-se a esse tipo de educação, estimulava o espírito de iniciativa e independência, que levava à autonomia e ao autogoverno, virtudes de uma sociedade democrática. Nesse sentido, segundo ele, a educação teria uma função democratizadora, no sentido de equalizar as oportunidades. É a partir dessa defesa que se desenvolvem os fundamentos para o chamado “otimismo pedagógico” da Escola Nova (ARANHA, 1996, p. 171).

Esse autor teve grande influência entre os autores brasileiros defensores do movimento escolanovista, dentre estes pode-se citar Anísio Teixeira, como posto anteriormente. Este traduziu as obras de Dewey para a língua portuguesa e

divulgou suas idéias. No Brasil, com Anísio Teixeira, o movimento renovador provocava algumas reflexões sobre a educação:

A educação não está desvinculada do modo de vida do homem. Ela é a expressão direta do modo como os homens vivem, organizam-se, alimentam-se, comunicam-se e trabalham. Nesse sentido, a chamada “teoria da educação nova é a tentativa de orientar a escola no sentido do movimento, já acentuado na sociedade, de revisão dos velhos conceitos psicológicos e sociais que ainda a pouco predominavam”. Essa idéia de educação faz de Anísio Teixeira um divulgador das idéias de Dewey no Brasil, para quem a educação é “o processo de reconstrução e reorganização da experiência, pelo qual lhe percebemos mais agudamente o sentido, e com isso nos habilitamos a melhor dirigir o curso de nossas experiências futuras” (FAVORETO, 1998, p.23).

Segundo Paschoal Lemme, o movimento denominado Escola Nova baseava-se nos “progressos da psicologia infantil”, que reivindicava maior “liberdade” para a criança e o respeito às características da personalidade de cada uma, colocando o “interesse” da criança como motor de aprendizagem. Paschoal, em seus escritos, deixa claro que a questão apresentada, sobre renovação dos métodos de ensino, já vinha sendo discutida por outros educadores antes do período de 1932².

Paschoal Lemme explicou que, no ensino brasileiro, além das influências externas como o Escolanovismo, outras causas internas também tiveram seu grau de importância no movimento renovador da educação, como os fatores econômicos, políticos e sociais. Segundo o autor, o setor agrícola foi um exemplo, pois a crise desse setor diminuiu o trabalho no campo e a população rural migrou para os centros urbanos, local em que se concentravam as novas indústrias. Esse fato, dentre outros, fez com que os intelectuais passassem a rever o ensino, de modo que este atendesse à nova necessidade criada pela

² Sobre reformas educacionais, Paschoal Leme aponta que já havia um ciclo de propostas renovadoras iniciadas por José Veríssimo, Antonio Carneiro Leão e Rui Barbosa, fato este constatado em leitura realizada por Machado (2002).

indústria, ou seja, a preparação de mão-de-obra especializada para o trabalho com as máquinas.

Diante deste fato, Paschoal Lemme afirma que o “[...] desenvolvimento e diversificação da indústria traziam como conseqüência natural, a necessidade de uma melhor preparação de mão-de-obra, com reflexos na quantidade de escolas e na qualidade de ensino” (LEMME, v. 2, p. 66). Entretanto, nesse mesmo período, com o fim da guerra, alguns imigrantes operários, principalmente italianos, vieram para trabalhar no Brasil. Esses europeus possuíam um nível de escolaridade básica e o preparo técnico exigidos para operar as máquinas.

Pode-se inferir que a própria sociedade criou a necessidade de repensar a “qualidade”, ou seja, que o ensino preparasse os educandos para o trabalho na indústria. Supõe-se que a economia, isto é, as bases materiais, refletiu nas diretrizes da educação. Segundo o autor, havia em seu meio intelectual o desejo de mudar os “velhos” padrões de educação, com vistas à modernização. Dentro do contexto do movimento renovador, o campo era fértil para que se rompesse com antigos paradigmas.

Paschoal Lemme, em sua militância pelo serviço público, elaborou, juntamente com o professor Celso Kelly, um documento intitulado “A Reconstrução Educacional no Estado do Rio de Janeiro, Manifesto dos Inspectores do Ensino do Estado do Rio de Janeiro ao Magistério e à Sociedade Fluminense”, em abril de 1934. Esse documento versava sobre os problemas que assolavam a educação no contexto nacional, mas o cerne de sua questão era a educação no Estado do Rio de Janeiro. “Mais uma tentativa, uma grande tentativa, que nos dá hoje, também, o direito ou nos impõe o dever de nos dirigirmos ao povo e ao governo”, palavras utilizadas no Manifesto de 32, para dizer o que pensavam do problema, do “magno problema”. A questão da situação de abandono do ensino no Rio de Janeiro, em 1934, foi amplamente debatida por Lemme no livro “Educação Democrática e Progressista”(1961, p. 205).

Paschoal Lemme relatou alguns problemas encontrados no tocante à formação de professores, dentro ao quais destacava que, em decorrência da situação do ensino, boa parte dos professores encontrava-se num estado de indiferença e descrença. Esta situação poderia ser resultante lógica das dificuldades morais e materiais em que labutava o próprio pessoal do ensino, criadas pela evidente ausência de diretriz afirmativa dos maiores responsáveis pela vida educacional do Estado do Rio de Janeiro. Essa anarquia administrativa era sentida, fortemente, no abandono progressivo do problema da formação do magistério pelos estabelecimentos oficiais e equiparados.

Ao expor sobre a importante agitação dos anos 30, deixou os apontamentos mais específicos sobre o contexto do Rio de Janeiro para esse momento. Paschoal Lemme defendia que os reflexos das modificações seriam superficiais, ou seja, considerava que o movimento de 30 não ocorreu de forma radical, portanto não seria possível desfazer o panorama político-social do país. Ele considerava uma Revolução em superfície, feita pela elite, sem raízes na massa anônima, marcava, portanto, sua oposição ao movimento democrático liberal e à política democrática liberal. O ambiente no Rio de Janeiro, como na maior parte do país, sentia os reflexos da estagnação e da parcialidade nas atitudes dos governantes que apenas atendiam aos interesses de poucos. Por outro lado, a agitação conduzia, muitas vezes, a posicionamentos impensados, aos improvisos e erros, numa aspiração de retorno a um passado ainda recente, donde a ação era rotineira.

Acreditava que ao Estado do Rio de Janeiro estaria reservada a oportunidade de mudança, o Estado poderia reerguer-se da convalescença crônica e administrativa. Isto porque algumas questões administrativas tomavam maior vulto. O Estado havia contraído empréstimos no exterior, e os juros o estavam corroendo, escravizando-o, mas a atuação do governo, nesse período, foi digna de um estadista. Usou de probidade e justiça em suas decisões, nesse ínterim,

o governo percebe que uma questão teria prioridade naquele momento: sair do caos econômico e financeiro em que mergulhava o Estado, desde a abolição da escravatura.

Esta preocupação se justifica porque o Estado do Rio de Janeiro foi o que mais sofreu com a abolição, era que havia o maior número de negros nos trabalhos agrícolas. Com o desmantelamento da mão-de-obra, gerou uma crise em todo país, mas esta se deu com mais intensidade no Estado do Rio de Janeiro. Sobre essa questão Paschoal escreve: “A província fluminense foi a província dos grandes dias do Império; o negro dócil que lavrava a terra das grandes propriedades assegurava a solidez de fortuna, dos que ditavam leis no Brasil, garantindo a estabilidade do trono imperial” (LEMME, 1961, p. 203).

A história do Rio de Janeiro tinha uma herança de desorganização administrativa proveniente de uma luta de classes dominantes falidas. Esforços isolados eram percebidos, porém tal intento durava tanto quanto sua trajetória política, não havia o espírito de continuidade. Paschoal colocou que, numa sociedade governada de forma tão desordenada, as repartições técnicas teriam o mesmo perfil. Assim, para o autor, o resultado seria: a atrofia do espírito técnico, a ausência de iniciativas dos que podem impor no momento a sua vontade, tendo, como consequência, o predomínio da burocracia. Nesse contexto, a ação da Inspeção de Ensino do Rio de Janeiro enfrentava algumas dificuldades e a maior delas era considerada o conflito entre as idéias novas com a descrença do professorado frente a qualquer iniciativa oficial em assuntos de ensino, dada a deficiência administrativa e técnica e a postura assumida pela Diretoria de Instrução.

O autor afirma que “não há reforma educacional sem reforma do magistério”. E o trabalho dos articuladores do Manifesto dos Inspectores do Rio de Janeiro passou a ser a propaganda intensa dos conhecimentos teóricos e práticos necessários à compreensão dos novos ideais em que se fundamentava a pedagogia científica.

Para realização de tal intento, que seria a preparação de professores, Paschoal Lemme, juntamente com os articuladores do Manifesto, criaram um curso de férias, no qual a formação desses professores, inicialmente, estaria voltada para o despertar das questões maiores sobre educação, ou seja, a formação política. Nesse sentido, a temática inicial seria regulamentar algumas questões como: concurso para diretores de escolas, fundação de caixas escolares, um projeto que instituiria oficialmente a carreira do professor em normas seletivas mais lógicas, mais honestas, menos sujeita a intromissões políticas.

Enfim iniciou-se uma fase de pura agitação, por meio da qual pudesse brotar maior curiosidade dos interessados pelos problemas educacionais. Esse embate veio culminar com a V Conferência Nacional de Educação³.

As conferências regionais foram também importantes veículos para que o próprio professorado solicitasse, espontaneamente, a satisfação de sua curiosidade aguçada por cursos mais metodizados. A maioria dos Inspetores poderia dar oportunidade de fazer, em sua localidade, sua região, um apanhado sintético do assunto, trabalhando os fundamentos biológicos, psicológicos, sociais e históricos necessários à transformação escolar.

Os cursos de formação de professores, ministrados, versavam sobre temas diversos, havia também a necessidade da criação de um magistério especializado para o ensino pré-escolar. Para tanto, houve uma seleção de candidatos aos cargos, e as matérias de estudos foram: biologia educacional, psicologia da criança pré-escolar, higiene e cultura.

A maior preocupação, relata Paschoal, era deixar bem claro que todo esse movimento, que há alguns anos, em todo mundo, vinha levantando uma crítica severa à velha organização escolar, impondo uma “renovação”, não era fruto

³ São várias as obras de Paschoal que relatam sobre conferências, congressos nacionais e internacionais,. Em muitos deles, Paschoal participou direta ou indiretamente, como o próprio autor relata em sua obra Educação Democrática e Progressista (1961).

de um simples espírito de novidade, que tivesse atingido de súbito os indivíduos responsáveis pela questão. A mudança já estava iniciada desde o final do século, a psicologia, contrapondo-se à teologia e à metafísica antiquada, constituía-se em um ramo da biologia e, como tal, forçava a revisão completa dos fundamentos da educação.

O autor ainda coloca que a conseqüência imediata dessa nova maneira de encarar esses fatos foi a revisão dos conceitos sobre o psiquismo infantil, do ensino, da autoridade, da disciplina na coerção, da violação da mentalidade infantil. Enfim, a escola - instituição criada para servir de ambiente ao desenvolvimento num determinado período - tinha de sofrer, em seus métodos e processos de tratar a criança, as transformações ditadas por esses novos conceitos.

Desta forma, nesse momento, estaria posta a necessidade de preparar os professores para esse novo que surgia. A semente seria lançada, e como estaria o professorado? A estratégia para que os professores aderissem à idéia de um curso de formação de professores foi desenvolvida. O curso seria ministrado na capital da República, Rio de Janeiro, um curso de férias oferecido onde havia muito mais para aprender do que numa vila pitoresca do interior, local em que boa parte dos professores exercia suas funções.

O curso proposto tinha características de um evento de extensão cultural, com finalidade de exercício intelectual, de atualização e aquisição de conhecimentos por parte dos professores cursistas. Os conteúdos desenvolvidos estavam relacionados à sociologia geral, à história, à arte, à literatura, à fisiologia humana, à higiene e à puericultura. A parte mais geral compreendia um programa de especialização em educação física, música, canto e artes plásticas.

Os resultados obtidos com os cursos foram considerados satisfatórios, dado que a matrícula aconteceu de forma democrática, não foi obrigatória. O número de

matrículas no curso de férias foi elevado, a atitude do professorado já era outra, segundo o autor, “a indiferença e descrença” haviam sido transformadas em espírito de abnegação e sacrifício, demonstrando a saciedade, o interesse e o entusiasmo pela causa da educação no Estado do Rio de Janeiro.

É possível concluir que a formação de professores não estava dissociada de uma formação política. A participação por parte dos professores demonstrou estar relacionada com a politização dos mesmos, fato este justificado pelas discussões realizadas anteriormente acerca de problemas de ordem social, econômica e política que serviram para os envolver.

O sucesso e aceitação desse curso, por parte do professorado, foram conseqüência do trabalho desenvolvido por educadores como Paschoal Lemme e Celso Kelly. Considera-se importante mencionar de que forma o autor em estudo conquistou legitimidade para tratar de assuntos educacionais. Em suas palavras, Paschoal relatou sobre as condições em que ele, enquanto professor, ministrou aulas nas primeiras décadas do século XX.

[...] À volta dava-se à tarde, pois os horários dos “bondinhos” eram muito espaçado, e assim, para um período de trabalho que não ultrapassava umas quatro horas, consumia-se praticamente o dia inteiro [...] custeava-se todas as despesas de passagens, refeições e outras “extraordinárias”. Inclusive material escolar para as crianças, que eram paupérrimas naquela zona, como em todas as escolas semelhantes do Distrito Federal.[...] O meio era pobre, e as crianças iam quase todas descalças, levando pouca alimentação e bebendo água de um poço de qualidade duvidosa (LEMME, 1988, v. 2, p.9).

Esta citação conduz o leitor a compreender que Paschoal Lemme possuía intimidade com as questões que assolavam o magistério. Ele antevê a necessidade que emergia dado que, no período, novas bases psicológicas estavam postas para orientar a educação, demandando um novo aperfeiçoamento.

A pesquisa realizada nesse estudo mostra que, embora, na atualidade, alguns setores da sociedade queiram responsabilizar os professores por boa parte das mazelas do ensino, Paschoal Lemme, um pioneiro da educação da década de 30, trouxe à luz para uma importante questão: o comprometimento e a luta dos professores pela melhoria do ensino eram assumidos já em outras épocas.

Referências

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação**. São Paulo: Moderna, 1996.

DEWEY, John. **Reconstrução em filosofia**. São Paulo: INEP E. Nacional, 1948.

FAVORETO, Aparecida. **Uma análise histórica da concepção de progresso no Projeto Educacional de Anísio Teixeira**. Universidade Estadual de Maringá, Mestrado em Educação, 1998. (Dissertação de Mestrado)

LEMME, Paschoal. **Memórias**. v. 2 – Vida de Família, Formação Profissional, Opção Política. Brasília: INEP (MEC); São Paulo: Cortez, 1988.

LEMME, Paschoal. **Memórias**. v.1 – Infância, Adolescência, Mocidade. Brasília: INEP (MEC); São Paulo: Cortez, 1988.

LEMME, Paschoal. **Educação democrática e progressista**. São Paulo: Pluma LTDA, 1961.

MACHADO, Maria Cristina Gomes. **Rui Barbosa: Pensamento em Ação** - Uma Análise do projeto modernizador para a sociedade brasileira com base na questão educacional. Campinas: Autores associados; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2002. (Coleção contemporânea)

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1970.

ROMANELLI, Otaísa de Oliveira. **História da educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1978.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação histórica do Brasil**. São Paulo: Difel, 1982.